

## **Relatora da CPI dos Combustíveis quer atuação maior da ANP**

Aline Santana | PP 10:21 - 13/12/2005

Durante a reunião da CPI dos Combustíveis na tarde dessa segunda-feira (12), onde foram ouvidos Copesul, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Refap, ficou constatado através dos dados apresentados pelas entidades que a diferença no preço dos combustíveis no Estado não se deve somente a alíquota de ICMS. Segundo a relatora da CPI, deputada Leila Fetter (PP), a falta de estrutura da ANP no Estado é fato concreto: " Não existe um fiscal ou um escritório da Agência no Estado, o que impossibilita uma fiscalização constante na distribuição de combustível, bem como, facilita a adulteração e a sonegação fiscal. Mas o mais importante a ser avaliado foi a operação feita pela ANP na primeira quinzena de novembro, onde cerca de 276 postos gaúchos foram fiscalizados e notificados para verificação de indícios de cartelização. Os dados não estão disponíveis ainda, mas segundo a ANP, assim que estiverem, serão repassados a CPI e se constatados formação de cartéis ou até mesmo sonegação ou adulteração, a ANP, através do CADE , autuará os responsáveis", informou a parlamentar.

Outra questão que será analisada, segundo Leila Fetter, é a percentagem de álcool colocada na gasolina, "nota-se que internacionalmente é usado o percentual até 7,3% de solventes adicionado a gasolina e aqui no Brasil, a legislação federal permite de 20 a 25%". Ela destacou também o aumento da gasolina em função do álcool: "Semana passada a gasolina aumentou 6 centavos, em consequência do aumento do álcool. Sem dúvida tem que ser investigado, pois até agora todos os depoimentos da CPI mostraram que o controle e as pesquisas realizadas não tem demonstrado grandes índices de adulterações, mas o álcool (anidro) tem sido um grande problema em termos de adulteração e sonegação.

"O que nós da CPI queremos avaliar, é quem está ficando com os dezoito centavos que o consumidor está pagando e por quê, estamos, nós, gaúchos, pagando mais caro por isso", justifica a relatora. "O Rio Grande do Sul é o terceiro Estado (29% segundo ANP) com o ICMS mais alto na gasolina. Além disso, outros fatores contribuem para o aumento de preço: cartelização, distorções nos preços de mercado por obtenção de liminares de natureza tributária, sonegação pura e simples de ICMS, fraude no volume entregue, atuação de clandestinos, roubo de cargas. Já nos principais problemas de qualidade de combustível podemos observar o excesso de álcool anidro na gasolina, adição fraudulenta de outros produtos à gasolina (solventes, querosene, água) que possibilitam vantagens fiscais, venda de álcool molhado, venda de diesel interior em regiões metropolitanas".

Leila ressaltou ainda que é preciso verificar o trajeto que percorre o combustível até chegar ao consumidor final, "pois há indícios de que as adulterações são feitas durante o próprio trajeto, as vezes colocando mais água ou solvente do que é permitido. Também nas distribuidoras ou até mesmo nos

próprios postos de gasolina. Isto é realmente grave, porque além do consumidor ser lesado no preço que está pagando, está sendo lesado na qualidade do combustível."

"Nosso principal objetivo é conseguir traçar junto ao Ministério Público e a Secretaria da Fazenda alguma solução que vá permitir a diminuição do preço dos combustíveis de forma a beneficiar o consumidor", finalizou Leila.

Na próxima semana, a CPI convocou Humberto Della Pasqua, Álvaro Faviero Mesquita, Luis Antônio Bins, Enio Mallem, Luis Roglio e Luis Gianne. "O Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis (CQSC), através de seu presidente, Paulo Fernando Boamar, será ouvido em reunião sigilosa na CPI, juntamente com o MP, para averiguação e esclarecimento dos documentos "denunciosos" entregues a CPI pela entidade," informou a relatora.

Fonte:

<http://www.al.rs.gov.br/Ag/NOTICIAS.ASP?txtIDMATERIA=132441&txtIdTipoMateria=3>